

Ulysses da Cunha Baggio  
Professor do Departamento de Artes e Humanidades da  
Universidade Federal de Viçosa; Doutor em Geografia  
Humana pela Universidade de São Paulo

## A cidade e o urbano no mundo expandido da mercadoria<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Este texto, com modificações, integra parte da minha tese de doutorado intitulada *A luminosidade do lugar – circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte: apropriação e territorialidade no bairro de Santa Tereza*, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da USP, em novembro de 2005. Ele também se vincula a um projeto de pesquisa que desenvolvo no Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa, cujo título é *Possibilidades e limites do uso e da apropriação do espaço urbano na contemporaneidade capitalista: apontamentos para uma análise socioespacial*.

### Resumo

A análise desenvolve-se na perspectiva do conflito permanente entre valor de troca e valor de uso ou, ainda, entre a propriedade e a apropriação, universo em que se produzem práticas socioespaciais reativas de matizes diversos como, por exemplo, movimentos de moradores e outras formas de luta urbana. Desse modo, a perspectiva que se abre sobre a cidade, e a metrópole, é a de uma geografia em movimento, que valoriza o lugar e suas possibilidades à vida humana.

### Abstract

*The analysis is developed in the perspective of the permanent conflict between the exchange value and the use value, or between property and appropriation, a universe in which reactive sociospatial practices of various hues such as dwellers' movements and other forms of urban fight are produced. Thus, the perspective which is opened over the city and the metropolis is that of a geography in movement, which values the place and its possibilities concerning the human life.*

ulybaggio@uol.com.br

**Palavras-chave** lugar; bairro; uso do espaço; apropriação; territorialidade.

**Keywords** *place; quarter; use of the space; appropriation; territoriality.*

## Introdução

[...] o mundo humano só está acorrentado a uma necessidade: a necessidade da escolha livre, da decisão responsável, da aprendizagem contínua e do exercício de recomeçar (SANTOS, W., 1993, p.148).

Este trabalho propõe-se a uma reflexão crítica acerca das possibilidades e dos limites do uso do espaço urbano, precipuamente no que refere à metrópole capitalista na contemporaneidade. A análise empreendida realiza-se na perspectiva do conflito permanente entre valor de troca e valor de uso, isto é, entre a propriedade e a apropriação. Vale dizer que esse conflito, ou oposição crítica, é inseparável da mercadoria, logo do próprio espaço, aqui entendido na perspectiva lefebvriana, isto é, espaço como uso do tempo.

Para além de uma expressão mental, lógica, apresentada por Marx (1985) em *O capital*, tal conflito, ao potencializar-se com o desenvolvimento do mundo da mercadoria, transmuta-se na contemporaneidade, sobretudo a partir de meados do século XX, como um conflito efetivamente social, fato constitutivo, portanto, do mundo sensível e prático. Sublinhe-se, ainda, que essa tensão está substancialmente recrudescida pela crise capitalista atual, cuja evidência maior é a brutal “financeirização” da economia. À medida que ela engendra um cotidiano marcado pelo mal-estar, que reverbera na diversidade da sociedade, produz-se assim, de forma progressiva e mesmo preocupante, uma certa distopia nas mentes, inclusive em setores da própria universidade.

### O mundo expandido da mercadoria e o território: a oposição crítica uso/troca

Longe de uma perspectiva evolucionista da história e de uma trajetória inelutável para o “progresso”, reconheço que a humanidade, inequivocamente, experimenta uma brutal e avassaladora mercantilização da vida, aí incluído o território no qual ela se inscreve, precipuamente a cidade. Expressão histórica de um valor de uso civilizatório, a cidade transmuta-se celeremente face à sua “mercadorização” integral provocada pela reestruturação técnica e produtiva engendrada na fase hodierna da acumulação capitalista, impondo-se nela o valor de troca, porém não de forma total e absoluta, uma vez que esse movimento é contraditório, descontínuo, e que apresenta certos limites no âmbito das relações socioespaciais. Ademais, ambos os aspectos, pelo meu entendimento, são redimensionados num contexto de crise, pelo qual eles recrudescem. Nessa perspectiva, o movimento de realização de tal imposição, fortalecida na contemporaneidade, não autoriza, portanto, generalizações reducionistas e apressadas das formas e especificidades assumidas pela cidade na esteira desse movimento. Sustento que esse processo não se dá sem resistências e criatividade socioespaciais, ainda que sejam operadas pelas “beiradas” ou mesmo pelos interstícios das sociedades. Não vejo como negar esse movimento ou, o que talvez seja pior, negligenciá-lo.

A dinâmica histórica do modo de produção capitalista potencializou-se a ponto de esboçar uma assincronia entre o econômico e o político, com a “prevalência” do primeiro<sup>2</sup>,

<sup>2</sup> Henri Lefebvre é categórico ao assinalar que, “no capitalismo, a base econômica comanda. O econômico domina. As estruturas e superestruturas organizam as relações de produção (o que em nada exclui os atrasos, os distanciamentos e as disparidades). Os próprios conflitos se devem às relações de produção. Apesar de haver nessa sociedade uma coerência (sem a qual ela cairia em pedaços, ou melhor, sem a qual ela não poderia ter-se formado), apesar da coesão interna, sem chegar a suprimir as contradições, conseguir atenuá-las, protelar os efeitos, há ‘modo de produção’ e mesmo ‘sistema’. A riqueza das sociedades ‘nas quais reina o modo de produção capitalista’ se anuncia como uma imensa acumulação de mercadorias” (LEFEBVRE, 1999, p.112, grifo nosso; os trechos e as expressões entre aspas simples são citações de Marx, extraídos por Lefebvre d’*O capital*). Anthony Giddens, por sua vez, relaciona a proeminência do econômico mais especificamente ao processo de inovação tecnológica. Argumenta acerca disso que, em virtude de o empreendimento capitalista apresentar uma “natureza fortemente competitiva e expansionista, [...] a inovação tecnológica tende a ser constante e difusa” e que, dessa forma, “dadas as altas taxas de inovação na esfera econômica, os relacionamentos econômicos têm considerável influência sobre outras instituições” (GIDDENS, 1991, p.62, grifo nosso).

principalmente no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, pelo amplo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como pela introdução de um novo padrão de acumulação e regulamentação social e política a partir dos anos 70<sup>3</sup>, açulando as forças produtivas e impelindo vigorosamente a difusão do “mundo da mercadoria”<sup>4</sup>, com um espetacular avanço dos processos de internacionalização de mercados e da produção. Tal dinâmica consolidou o que hodiernamente é designado por globalização, com suas novas formas de organização transnacional da produção. Esse fato coloca em novas bases as relações entre as economias nacionais embasadas na centralidade do estado-nação, bastando lembrar para tanto a magnitude adquirida pelo mercado financeiro, que movimenta com grande velocidade de circulação enormes fluxos de “dinheiro virtual”, sem que haja, no entanto, instituições capazes de regulá-los. Esse fato, efetivamente, aumenta o grau de vulnerabilidade das economias “nacionais”, com a ocorrência de fortes impactos na chamada “economia real”.

A globalização efetua-se concretamente no lugar, por meio do qual o mundo pode ser percebido e interpretado nas suas diversas dimensões. Isso equivale a dizer que o lugar é, por excelência, o lócus da vida, à medida que o processo de produção do espaço é, concomitantemente, o processo de reprodução da sociedade, da vida humana, condição que faz do lugar o cenário de realização do cotidiano, através do qual o mundial se expressa. Nesse sentido, pode-se afirmar que a dimensão do mundial que o lugar encerra altera e redefine seu conteúdo socioespacial, o que não significa necessariamente a ocorrência da supressão das suas particularidades (CARLOS, 1996, p.15).

Em que pesem os impactos produzidos no estado-nação pela consolidação da globalização, uma dupla condição a ele se impõe, isto é, a retração da sua capacidade decisória e a perda da sua centralidade enquanto ator internacional face ao poderio alcançado pelas empresas privadas no que afeta seu âmbito tanto interno como externo. É, de certo modo, um exercício insano imaginar a desapareição ou a supressão dos estados nacionais, que não deverá ocorrer, mas as evidências que atestam seu percurso de descenso enquanto centros de poder são bastante perceptíveis, revelando-se eles como um ator insuficiente para tratar e dar cabo dos grandes e complexos problemas da globalização e, concomitantemente, muito grandes para equacionar os problemas mais específicos e “menores” das suas sociedades. Diante disso sustenta-se que o panorama que está se delineando no cenário mundial é marcado por um descompasso entre, de um lado, as transformações econômicas e sociais em curso operadas nas escalas do nacional e do internacional e, de outro, os ideários políticos que deveriam incorporá-las e as instituições que deveriam ordená-las. Nesse sentido, tal descompasso representa também um ingrediente de perturbação nesses dois níveis em decorrência das demandas de regulação daí resultantes.

Essa interpretação requer, entretanto, um esclarecimento, à medida que não se pretende sugerir aqui a existência de uma dualidade entre o econômico e o político, que efetivamente não existe, uma vez que o econômico se fundamenta em relações sociais, não havendo, assim, separação entre eles mas uma relação dialética de dupla determinação. O que se indica ao se assinalarem “assincronia” e “descompasso” entre essas duas instâncias é mais propriamente a exacerbação de uma dimensão mercantil e contábil da vida, permeando,

<sup>3</sup> Sobre essa questão em específico, Harvey (1992) refere-se ao esgotamento do fordismo-keynesianismo e ao advento de um novo paradigma do capitalismo, que ele designa de “acumulação flexível”, movimento que compreende como uma “transição” de paradigmas.

<sup>4</sup> Segundo Lefebvre (1999, p.135-136, grifo do autor), “esse ‘mundo da mercadoria’ tem sua lógica, sua linguagem, que o discurso teórico encontra e ‘compreende’ (dissipando conseqüentemente suas ilusões). Tendo sua coerência interna, esse mundo quer espontaneamente (automaticamente) se desenvolver sem limites; e pode fazê-lo. Ele se estende ao mundo inteiro; é o mercado mundial. Tudo se vende e se compra, se avalia em dinheiro. Todas as funções e estruturas, por ele engendradas, entram nesse mundo e sustentam-no. No entanto, esse mundo não chega a se fechar. Sua coerência tem limites; suas pretensões decepcionarão aqueles que apostam na troca e no valor de troca como absoluto. Com efeito, uma mercadoria escapa ao mundo da mercadoria: o trabalho, ou antes, o tempo de trabalho do trabalhador (proletário). Ele vende seu tempo de trabalho e continua, em princípio, livre; mesmo se crê ter vendido seu trabalho e sua pessoa, ele dispõe de direitos, de capacidades, de poderes que minam a dominação absoluta do mundo da mercadoria sobre o mundo inteiro. Por essa brecha podem entrar os ‘valores’ repelidos, o valor de uso, as relações de livre associação etc. Não é uma brecha ocasional; é mais e melhor; a contradição se instala no coração da coesão do capitalismo”.

portanto, as relações sociais e nelas interferindo. Luiz Gonzaga Belluzzo (1998, p.67) oferece-nos acerca disso uma contribuição importante, ao argumentar que tal proeminência do econômico estaria relacionada aos “[...] avanços, em todas as esferas da vida, das normas da mercantilização e da concorrência, como critérios dominantes da integração e do reconhecimento social”. Tal condição, segundo ele, engendra um estado de “sensação de insegurança” na sociedade, principalmente entre as classes “não proprietárias”. Diante desse quadro, numa perspectiva mais ampla, assinala:

[...] é possível concluir que estamos observando a “reconstrução” de um tipo de sujeito funcionalmente adequado às exigências de operação da máquina econômica. Trata-se do renascimento do *Homo oeconomicus*, aquela invenção triunfante da filosofia radical e da economia política do século 18, que postulavam o ser social reduzido às determinações da satisfação dos desejos por intermédio de uma razão viciada em adequar os meios aos fins. A economia política buscava e busca apresentar esta sua construção, o *Homo oeconomicus*<sup>5</sup>, como o fundamento das **leis naturais** que induzem o indivíduo à troca e, portanto, o submetem inevitavelmente à concorrência, enquanto mecanismo de conciliação dos interesses privados. Essa naturalização das instituições sociais e humanas é o mais conhecido truque intelectual dos defensores puros e duros da superioridade do mercado sobre as outras formas de integração social (BELLUZZO, 1998, p.67).

Mas adverte:

[...] há fortes indícios, no entanto, de que o homem real que habita as sociedades contemporâneas e avançadas não deseja, outra vez, submeter-se ao molde estreito do *Homo oeconomicus*, à pretendida natureza humana gerada nas retortas da Economia Política (*Ibidem*, p.67).

Saliente-se uma vez mais que essa dinâmica não se apresenta na história como uma *via de mão única*, definitiva. Isso, porque a história é prenhe de indeterminações na sua realização, estando o movimento real da sociedade eivado de descontinuidades e indeterminações. Lefebvre (1991, p.145) descortina uma perspectiva luminosa sobre a questão:

Por infelicidade ou felizmente, o tempo, o tempo da história e da prática social, difere do tempo das filosofias. Ainda que não produza algo irreversível, pode produzir algo dificilmente reparável. A humanidade só levanta problemas que ela mesma pode resolver, escreveu Marx. Atualmente, alguns acreditam que os homens só levantam problemas insolúveis. Esses desmentem a razão. Todavia, talvez existam problemas fáceis de serem resolvidos, cuja solução está aí, bem perto, e que as pessoas não levantam.

Nessa mesma direção Erich Fromm (1978, p.30) assinala que:

O homem não é uma folha de papel em branco em que a cultura pode escrever seu texto: é uma entidade com sua carga própria de energia estruturada de determinadas formas que, ao ajustar-se, reage de maneira específica e verificável às condições exteriores. Se o homem se adaptasse às condições exteriores autoplásticamente, modificando sua própria natureza como um animal, e fosse apenas capaz de viver em um certo conjunto de condições para o qual criasse uma adaptação especial, teria chegado ao beco sem saída da especialização que é o destino de toda espécie animal, bloqueando destarte o caminho à História. Se, pelo contrário, o homem

<sup>5</sup> Segundo Gramsci (1999, v.1, p.323-346 *passim*), “o *homo oeconomicus* é a abstração das necessidades e das operações econômicas de uma determinada forma de sociedade” ou, ainda, “a abstração da atividade econômica de uma determinada forma de sociedade, isto é, de uma determinada estrutura econômica. Toda forma social tem o seu *homo oeconomicus*, isto é, uma atividade econômica própria. [...] Ele é também historicamente determinado, embora seja ao mesmo tempo indeterminado: é uma abstração determinada. Este processo ocorre, na economia crítica, pon-do-se como valor o valor de troca e não o valor de uso, reduzindo, portanto, o valor de uso e o valor de troca, potencialmente, no sentido de que uma economia de troca modifica também os hábitos fisiológicos e a escala psicológica dos gostos e dos graus finais de utilidade, que, desta forma, aparecem como ‘superestruturas’ e não como dados econômicos primários, objeto da ciência econômica”.

<sup>6</sup> Por “essas manifestações” compreendo uma variedade de movimentos sociais que buscam o reconhecimento de direitos básicos bem como a modificação de condições indesejáveis e indignas de vida e reprodução social, podendo-se oferecer como exemplos o Movimento Zapatista no México, o Movimento dos Sem-Terra no Brasil, os Movimentos de Moradores (sobretudo os de caráter autogestionário) e outras práticas de resistência do trabalho ao capital.

<sup>7</sup> Sobre o conceito de crise, Marcelo L. de Souza (2000, p.17-18) observa inicialmente que a própria palavra “crise” experimenta um desgaste gradual, haja vista a diversidade de situações existentes no mundo que a ela se referem, como os problemas ambientais, as mudanças no Estado, os problemas do capitalismo etc. Sublinha, ademais, que crise “não representa apenas um pretexto para, uma vez mais, meramente se constatar a tragédia”, mas um momento no qual se abriam possibilidades, entre elas aquela que se expressaria como uma reação à própria *situação limite* estabelecida pela crise. Nessa perspectiva, infere-se que a crise encerra, concomitantemente, o “risco” e a “oportunidade”. O autor deixa claro em sua análise que, para além da elaboração de um diagnóstico dos problemas que demarcam a crise, é necessário “divisar também as potencialidades (e experiências já em andamento) de superação desta mesma problemática, recorrendo-se, para tanto, à análise dos fatores que, atinentes a diversos níveis escalares, podem concorrer para soluções menos ou mais consistentes e duradouras para os problemas identificados”. Compreendendo que a crise se expressa em grande medida como crise da cidade, principalmente do grande centro, assinala: “A crise metropolitana é complexa e profunda, mas não inarredável e irremediável. Os desdobramentos dessa crise e a possibilidade de sua superação dependerão da maneira como o *desafio metropolitano* for enfrentado”. Penso, particularmente, que a crise da cidade é também e principalmente uma crise do uso e do valor de uso; daí as inúmeras manifestações de insurgência social circunscritas ao âmbito das necessidades e da vida, da própria existência: moradia, lazer, saneamento básico, transporte, educação, pelo direito à diferença etc.

Gramsci, por sua vez, ao considerar os limites atinentes à produção da mais-valia relativa e da queda de preços e lucros em virtude da socialização do progresso técnico expressa na concorrência, observa que tal situação engendra uma contradição econômica com evidentes impactos sociais, que se transmitem em uma contradição política e que “é resolvida politicamente por uma *subversão da práxis*” (GRAMSCI, 1999, v.1, p.349, grifo nosso).

pudesse adaptar-se a todas as condições sem lutar contra as que se opõem à sua natureza, tampouco teria história. A evolução humana tem suas raízes na adaptabilidade do homem e em certas qualidades indestrutíveis de sua natureza que o compelem a nunca cessar sua procura de condições que melhor atendam às suas necessidades intrínsecas.

Portanto, cristalizar perspectivas é negar o movimento descontínuo e contraditório da história, esvaziando-a de sentido. As concepções da realidade que as tomam como uma via de mão única face ao poderio alcançado pelo mercado e pelo dinheiro revelam uma dimensão falaciosa e restritiva, fortemente ideológica, alienante e, de certo modo, imobilista. Um olhar mais atento sobre a realidade permite-nos tanto a constatação da irracionalidade e da tragédia à escala do mundo, sendo desnecessário elencar a diversidade das suas manifestações, bem como, e mais além, uma leitura do mundo mais ampla e aguda ou, ainda, crítica que, liberada dos grilhões da ideologia produtivista e monetarista – fundamento do “pensamento único” que, pelos meus termos, é um pensamento homicida da história –, nos possibilita o reconhecimento e a produção de outras sendas, mais direcionadas às práticas de caráter solidário e voltadas ao atendimento de demandas (ao menos básicas) das sociedades; não sem dificuldades, é bem verdade.

Se a sociedade de massas e a transnacionalização padronizaram e massificaram o consumo, não é razoável atribuir ou afirmar o mesmo em relação aos indivíduos, uma vez que elas próprias engendraram uma sociedade com amplo acesso à informação diversificada, situação que não está restrita aos países mais avançados. Certamente esse é um aspecto que está na base da constituição de um universo plural de ações e reivindicações sociais, fenômeno que já pode ser constatado inclusive em países que não apresentavam tradição nessa questão. Creio ser um sério equívoco de interpretação tomar essas manifestações<sup>6</sup> que se desenvolvem mundo afora, e progressivamente no Brasil, como práticas destituídas de uma consciência de cidadania, conquanto se reconheçam as dificuldades e as distorções que se abatem sobre elas, porém não mais como sujeitos privilegiados da História mas como agentes de transformações nas sociedades e comunidades em que atuam. Trata-se mais propriamente da crise das formas tradicionais de agregação e representação e da irrupção de um mosaico de reivindicações sociais.

Portanto, se o mercado e os critérios progressivamente por ele estabelecidos nas relações sociais, logo nas relações socioespaciais, adquiriram maior poderio e destaque, pode-se argumentar da mesma forma que a política também se redefine face às transformações engendradas pela marcha inexorável do capitalismo pelo mundo, acolitada de uma urbanização expandida, ainda que se considerem as dificuldades impostas pela profusão das ideologias, as cooptações de movimentos sociais pelo Estado e o crescimento da violência e da barbárie, entre outros fatores. Não é demais dizer que essas vertentes (a econômica e a política) não se apresentam no transcurso desse movimento como vertentes mutuamente excludentes, integrantes, aliás, de um mesmo processo histórico: o desenvolvimento contraditório, desigual e excludente do capitalismo. No seio das próprias contradições do desenvolvimento capitalista, recrudescidas ao longo das últimas décadas e indicativas de uma nova fase de *crise*<sup>7</sup> (que se consubstancia também como crise urbana) – ela própria

constituindo um fator de dinamismo –, suscitam-se virtualidades reativas e mesmo ações sociais diversas em andamento pelo mundo e também no Brasil. A partir delas pode-se vislumbrar a possibilidade da produção de uma outra via para o desenvolvimento do homem bem como da construção de um novo espaço que lhe seja mais compatível, erigidos, por sua vez, não exclusivamente sobre o mercado e o Estado mas em laços de solidariedade entre os homens, forjando, assim, novas bases e condições de uma *nova humanização*. Nesse sentido, diz Henri Lefebvre (1969, p.27): “As grandes formas de poder que desejam a homogeneidade, o enclausuramento da sociedade e a consolidação das estruturas de equilíbrio (o Estado, as igrejas etc.) encontram e suscitam a resistência dos elementos residuais”.

Um olhar mais cuidadoso pelos interstícios das grandes cidades pode nos revelar tanto o recrudescimento da fragmentação e da violência como, paralelamente, diversas expressões socioespaciais de resistência, como é o caso, por exemplo, de certos bairros e vilas que, face ao dinamismo da urbanização/metropolização, fazem frente, até certo ponto, aos seus impactos como pequenas cidades, nas quais perduram sinergias importantes entre os seus moradores e destes com o lugar de vivência.

É indubitável que a prevalência do valor de troca no espaço urbano tem acarretado rápidas e amplas modificações na cidade, deflagrando a criação de novas formas e funções que redefinem os referenciais da vida urbana, bem como os modos de viver de seus habitantes e a maneira como estes a concebem. Esse efetivo dinamismo socioespacial de transformação dos lugares e de seus conteúdos suscitado pelos reclamos do mercado constringe, negativamente, as práticas de sociabilidade urbana, podendo-se destacar aquelas operadas nos espaços de uso coletivo que, em larga medida, são restringidos pela irrefreável mercantilização e segmentação funcional do solo, redefinindo as formas de uso e não raro as deteriorando.

A imposição da lógica da mercadoria no processo mais amplo de produção e reprodução da cidade faz com que ela, cotidianamente, se apresente como uma morfologia impositiva do valor de troca, gerando um contínuo e permanente estado de mal-estar na cidade e na vida urbana, principalmente nos grandes centros. No plano da vida cotidiana, regida peremptoriamente pelo urbano, o tempo (e as relações sociais), à medida que se distancia dos ciclos naturais, mostra-se cada vez mais como tempo econômico, quantitativo, isto é, como tempo de trabalho, e cada vez menos como tempo humano e social, movimento que constringe e subverte relações preexistentes. A concepção e a experiência do tempo, principalmente na grande cidade, tornam-se contábeis. A própria vida urbana, ritmada pelo tempo do trabalho, suscita uma concepção quantitativa amplamente difundida na sociedade, trazendo ainda implicações importantes na própria “orientação do caráter” das pessoas, que Erich Fromm (1978, p.65-67) designa de “orientação mercantil”, cujas raízes estariam “na impressão de que se é também ‘mercadoria’ e do valor pessoal de cada um como valor de troca”.

A concepção mercantil de valor, o destaque dado ao valor de troca antes que ao valor de uso, levou a uma concepção semelhante de valor aplicável às pessoas e particularmente à própria pessoa de cada um. [...] Na orientação mercantil, o homem enfrenta suas próprias forças como mercadorias dele alienadas. Não está unificado com elas, pois estão dissimuladas para ele,

porque o que importa não é sua realização pessoal ao empregá-las, e sim seu sucesso em vendê-las. Tanto suas forças quanto o que elas criam se afastam, tornam-se algo diferente de si, algo para os outros julgarem e usarem. [...] A premissa da orientação mercantil é a vacuidade, a ausência de qualquer qualidade específica que não seja suscetível de modificação, pois qualquer traço persistente de caráter poderá algum dia entrar em choque com as exigências do mercado (*Ibidem*, p.65-67).

Nesse contexto redefinem-se, gradativa e substancialmente, as relações sociais cotidianas, cada vez mais mediadas por objetos e marcas; numa só palavra: por mercadorias, aí incluso o dinheiro. Isto é:

[...] a progressiva monetização das relações na vida social transforma as qualidades do tempo e do espaço. A definição de um “tempo e um lugar para tudo” muda necessariamente, formando uma nova estrutura de promoção de novos tipos de relações sociais (HARVEY, 1992, p.208).

Ou ainda:

O tempo determinado pela mediação do valor de troca das mercadorias e do trabalho mercantilizado. O tempo quantitativo da troca e da acumulação em conflito com o tempo qualitativo do uso. O tempo do homem subjugado pela coisa, tempo em conflito com o tempo do homem que subjuga a coisa (MARTINS, 2000, p.113).

Por essa via, a vida social reduz-se, em larga escala, ao *espetáculo*, mais propriamente ao espetáculo da mercadoria com suas correspondentes relações sociais “fetichizadas”, incorporando-se aqui a “fetichização” do próprio espaço, expressões indicativas da ausência de crítica consistente do campo de relações socioespaciais, conduzindo ao alheamento do espírito sobre o espaço e do universo de relações que lhe são próprias.

Saliente-se o fato de que esses produtos do capitalismo moderno adquiriram forte projeção na sociedade e nas mentes, amalgamando-se à cidade e ao urbano com tamanha intensidade, a ponto de conformar a vida cotidiana moderna. Ganham relevo nesse contexto o poder alcançado pelos veículos de publicidade e a ampla e veemente difusão do mundo da mercadoria que eles proporcionam, trazendo implicações importantes na vida cotidiana. Pelos labirintos da lógica da mercadoria constroem-se substancialmente a humanidade do homem – fato que acentua os traços da impessoalidade, da alienação e de certa frieza nas relações sociais – e a cultura pública, cuja existência se condiciona à prevalência do desejo de conviver com o outro e não meramente de estar próximo ao outro; convívio que não implica, entretanto, na renúncia ao estatuto da diferença individual no âmbito de uma sociedade civil (política, portanto) marcada pela diversidade das suas partes integrantes nem numa suposta – e na realidade inexistente – coesão comunitária pela identidade. Acerca disso Hannah Arendt (1981, p.201-202, grifo da autora) argutamente observa o seguinte:

[...] no mercado de trocas os homens não entram em contato uns com os outros fundamentalmente como pessoas, mas como fabricantes de produtos, e o que nele exibem não são suas individualidades, nem mesmo suas aptidões e qualidades, como na “produção conspícua” da Idade Média, mas seus produtos. Se o fabricante vai à praça pública, não é por desejar contato

com pessoas, mas com produtos; e o poder que mantém coeso e existente esse mercado não é a potencialidade que surge entre as pessoas quando estas se unem na ação e no discurso; é a soma dos “poderes de troca” (Adam Smith) que cada participante desenvolveu em seu isolamento. Foi essa ausência de relacionamento humano e essa preocupação fundamental com mercadorias permutáveis que Marx denunciou como desumanização e auto-alienação da sociedade comercial que, de fato, exclui os homens **enquanto** homens e, numa surpreendente inversão da antiga relação entre público e privado, exige que eles se revelem somente no convívio familiar ou na intimidade dos amigos.

Nesse sentido, é plausível admitir que a convivência e as relações de sociabilidade no espaço urbano poderiam não só contribuir para imprimir um sentido mais humano à cidade como também suscitar um sentimento de prazer e gosto por ela, aspectos basilares da civilidade e da cultura pública<sup>8</sup>.

Estas, por sua vez, pressupõem na sua realização o ingrediente da tolerância no âmbito das relações sociais, que se encontra, sobretudo na contemporaneidade, estrangido e desafiado. O constatado declínio/transformação da sociabilidade e da esfera pública, para o qual pesam enormemente as forças fragmentadoras do movimento de ascensão e triunfo do mercado e da mercadoria, impacta essa orientação, podendo mesmo invertê-la, induzindo, assim, à transformação do habitante em morador, do lugar de encontro e sociabilidade em lugar de passagem, do permanente em efêmero, do gosto pela cidade em asco por ela.

Para Richard Sennet, a cidade deveria apresentar condições pelas quais se assegurasse a possibilidade do encontro entre as pessoas, porém se posicionando de forma refratária à idéia de que o encontro entre os cidadãos implicasse na compulsão à intimidade. Desse modo, ele interpreta como sendo uma “crença” a noção que toma as “relações humanas reais” enquanto “demonstrações de personalidade para personalidade”. Argumenta ainda que essa crença “distorceu nosso entendimento a respeito dos propósitos da cidade”, que por sua vez deveria ser “mestra” no modo de agir impessoal. E proclama:

A cidade é o instrumento da vida impessoal, o molde em que diversidade e complexidade de pessoas, interesses e gostos tornam-se disponíveis enquanto experiência social. O medo da impessoalidade está quebrando esse molde. [...] A cidade deveria ser [...] o fórum no qual se torna significativo unir-se a outras pessoas sem a compulsão de conhecê-las enquanto pessoas. Não creio que este seja um sonho inútil; a cidade serviu como foco para a vida social ativa, para o conflito e o jogo de interesses, para a experiência das possibilidades humanas, durante a maior parte da história do homem civilizado. Mas hoje em dia essa possibilidade civilizada está adormecida (SENNETT, 1988, p.411).

Entretanto, os tentáculos da cultura racionalizante do econômico e da mercadoria não alcançam a sociedade na sua totalidade e diversidade, havendo *insurgências sociais* não circunscritas à linearidade da duração racionalizada, situações intersticiais da vida cotidiana na qual a apropriação do tempo e do espaço pode se realizar: o tempo do humano no seu espaço, um tempo com lugar, que, impondo-se sobre ele, o redefine pelo uso, por modos territoriais na cidade vivida. Revela-se aqui a fecundidade da **experiência socioespacial livre**, do imaginário e dos simbolismos por ela suscitados nos seus habitantes: imagens e

<sup>8</sup> Embora o texto de Arendt sugira mais propriamente a crise do urbano do que um sentido mais humano para a cidade, não se quer aqui reduzir o urbano a essas relações, mas apenas indicar a sua relevância e necessidade para a construção desse sentido.

projeções da cidade, derivadas do uso social do mosaico cultural-territorial da grande cidade. Isso, porque acredito piamente que são as práticas sociais voluntárias de vivência e uso da cidade que efetivamente prescrevem sentido à vida; daí a sua importância para a análise, que aspira ao entendimento não apenas da cidade tal qual ela é mas também de como ela pode ser, isto é, um olhar prospectivo que se apóia nas virtualidades, nos eventos sociais reativos e questionadores, nas sobrevivências irredutíveis do presente. É a perspectiva do movimento do devir a partir de práticas insinuantes do presente.

Nesse contexto, a escala territorial do bairro adquire grande relevância na análise empreendida, à medida que proporciona uma maior visibilidade dos dramas e dos conflitos sociais enredados no local, atinentes à reprodução social bem como às transformações da morfologia e das funções urbanas. À medida que o bairro se constitui na circunscrição espacial do habitar, da vivência e das múltiplas relações que o permeiam, ele se projeta como a unidade territorial privilegiada para a identificação e a avaliação dos processos da vida urbana, em que pese o fato de a atual dinâmica de reestruturação urbana, pela qual o bairro implode, provocar substantivos impactos nas formas de uso do espaço, não raro as redefinindo, o que equivale a dizer que as mudanças da forma urbana e das funções da cidade reverberam substancialmente no uso do seu espaço, condicionando-o. Sem embargo, o movimento atual de fragmentação do território, impulsionado pelo desenvolvimento da globalização, assoma as virtualidades e as práticas efetivas que se desenrolam na esfera local, dentre as quais ações de resistência e permanência relativamente bem demarcadas e que apresentam visibilidade social e política, mas também práticas intersticiais de bairro pouco percebidas e até mesmo ignoradas que, para serem mais bem identificadas e qualificadas, requerem um acompanhamento ao rés do chão.

### **A cidade sob a lógica empresarial: o recrudescimento das contradições**

A novidade apresentada por esse movimento de transformação e redefinição da cidade capitalista em relação às cidades modernas – também marcadas por divisão social e territorial do trabalho e acumulação e utilização econômica da terra – é o fato de que estas passaram a ser “geridas e consumidas como mercadorias” (ARANTES, 2000, p.26). Instaura-se no espaço urbano uma cotidianidade forjada pelas demandas e pela racionalidade empresariais. Decorre a afirmação de uma imagem da cidade enquanto negócio, que é tomada e administrada como “cidade-empresa”, operada para ser competitiva e atrativa a novos investimentos, ou seja, manipulada como uma mercadoria posta à venda no mercado. Trata-se, mais precisamente, do seu solo, uma espécie de pseudomercadoria ou, ainda, de uma mercadoria *sui generis*, que em si é um fragmento de natureza e, enquanto tal, não é produto do trabalho e tampouco pode ser reproduzida, mas que, ao se estabelecer como condição imprescindível à realização social e econômica capitalista, estribando-a, entra nos circuitos de valorização, tal qual se deu com o tempo. Estando a origem da sua valorização alheia à atividade produtiva, pois só o trabalho cria valor, ela é engendrada essencialmente pela condição da monopolização do acesso à terra, pelos investimentos de incorporação e pela sua localização relativa. Sendo um bem imprescindível à sobrevivência e à reprodução social, a terra torna-se progressivamente escassa, rara e encarecida

pela propriedade. Vale lembrar que no momento histórico da ascensão do capitalismo no Brasil, isto é, da passagem do escravismo ao trabalho livre, o preço da terra foi manipulado originalmente como uma estratégia para impedir o acesso do trabalhador pobre a ela, condição que se efetivou com a Lei de Terras, de 1850, que sancionou, assim, o princípio que praticamente proscreeu da terra o trabalhador de baixa renda. É por essa via que a terra se tornou cativa do capital (MARTINS, 1979), ao mesmo tempo em que os homens se tornavam livres, com o fim do escravismo. Assim, sob o modo de produção capitalista, a terra é convertida num equivalente de mercadoria ou num equivalente de capital, cujo preço só é acessível a uma determinada classe ou segmento social.

Historicamente o solo, ou, ainda, a terra, comparece como um “suporte material” da existência das sociedades que, segundo Henri Lefebvre (1999, p.85-86), “não é nem imutável nem passivo”. No transcurso da história, com a vida dos homens adquirindo uma maior organização e desenvolvimento técnico, a terra gradativamente vai sendo transformada pelo trabalho socialmente realizado, nela se incorporando, resultando no que Marx (1974) designou de “segunda natureza”, uma mutação espaciotemporal na qual o advento e os desdobramentos do industrialismo, mais precisamente da indústria moderna, constituem fatores decisivos. Por esse movimento evolutivo das forças produtivas essa produção socioespacial substitui a condição inicial da terra, que, segundo Marx, consistia na de “grande laboratório”, uma vez que fornecia concomitantemente o instrumento, a matéria do trabalho, a sua base e o seu lugar, isto é, “laboratório” no sentido de que a terra, ela própria, integra as forças produtivas. Lefebvre (*loc. cit.*) acrescenta ainda que “a natureza não permanece um elemento passivo da produção. Ela intervém, somente pelo fato de que os humanos associados (constituindo uma sociedade e ‘produzindo’ sua existência social) lutam contra ela”. Mais especificamente, essa segunda natureza é a própria cidade. Assim como a terra na qual ela se sustenta e constrói-se, “a cidade é um *espaço*, um *intermediário*, uma *mediação*, um *meio*, o mais vasto dos meios, o mais importante [...]”, tornada “um outro ambiente [...], ao mesmo tempo o *receptáculo* e a *condição*, o lugar e o meio”, transformando-se assim no “grande laboratório das forças sociais” (*Ibidem*, p.85-91, grifo do autor)<sup>10</sup>. Essa condição vincula a cidade às forças produtivas, fazendo dela própria uma força produtiva, porém diferenciada em relação à terra *stricto sensu* (meio de produção e instrumento); isso, porque a cidade, entre outras funções que reúne, é a

[...] sede do poder econômico e de sua monstruosa potência. [...] Permitindo a reunião dos trabalhadores e das obras, dos conhecimentos e das técnicas, dos próprios meios de produção, ela intervém ativamente no crescimento e no desenvolvimento; ela pode, portanto, contrariá-los; o confronto das forças produtivas e das relações de produção no seu interior, no seu território, pode ter efeitos benéficos ou desastrosos. Como a terra, como a nação, em face delas, a cidade se torna, no curso da história, o cadinho onde se elaboram as relações de produção, onde se manifestam os conflitos entre as relações de produção e as forças produtivas (LEFEBVRE, 1999, p.91-92).

Nesse sentido, a cidade e mais propriamente a urbanização assumem importância fundamental no desenvolvimento do modo de produção capitalista, condicionando-o

<sup>9</sup> Considerando-se que não abordou a natureza em si mesma, isto é, desvinculada da ação (práxis) humana, não havendo em sua obra, nesse sentido, uma dimensão ontológica do natural, Marx (1974) estabelece, contudo, uma diferenciação entre as duas expressões essenciais da natureza, isto é, a primeira e a segunda natureza. A designada primeira natureza seria a “natureza em estado natural”; a segunda natureza, por sua vez, consistiria na natureza subsumida à sociedade e à sua dinâmica, dinâmica essa consubstanciada pelo trabalho na esteira do desenvolvimento das forças produtivas, engendrando, assim, a natureza humanizada, que incorpora e evidencia os resultados da ação humana, ou seja, a incorporação de trabalho ao solo, que leva à alteração das suas condições previamente existentes. Nessa perspectiva compreende-se que o desenvolvimento da história implica um constante e progressivo movimento de transformação da primeira em segunda natureza, sendo que a *segunda natureza* envolve inteiramente o sentido do trabalho alienado. Lembro que as forças produtivas do trabalho se realizam como forças produtivas do capital.

<sup>10</sup> Aqui Lefebvre aborda a questão da terra a partir das idéias de Marx expostas em *O capital* (1985, seção III, cap. VII) e em *Grundrisse* (1976, v.1).

terminantemente. É na cidade, portanto, que se encontram as bases fundamentais para a compreensão da própria sociedade capitalista e da reprodução das relações sociais.

### **Mercantilização e apropriação do espaço**

A dinâmica socioespacial capitalista atual exacerba, sensivelmente, a recorrente contradição/conflito entre o valor de uso do território e o seu valor de troca. Estabelece-se no âmbito desse movimento contraditório acirrado um ponto de inflexão fortalecido entre, de um lado, as demandas sociais territoriais referenciadas ao âmbito da existência e da vida, expressas, por sua vez, por práticas de apropriação dos lugares por seus habitantes (valor de uso, ou melhor, o uso), e, de outro, o tratamento estritamente mercantil da terra para a obtenção de algum benefício econômico e renda (o valor de uso submetido ao valor de troca), pesando substancialmente nesse segundo aspecto as “estratégias imobiliárias”. Essas estratégias, segundo Ana Fani A. Carlos (2001, p.37-38), encerram implicações importantes no uso e na apropriação do espaço urbano, uma vez que

[...] limitam as condições e as possibilidades de uso do espaço pelos seus habitantes; isto é, cada vez mais os espaços urbanos, transformados em mercadoria, são destinados à troca, o que significa que a apropriação e os modos de uso tendem a se subordinar (cada vez mais) ao mercado. [...] A autora porém adverte:] com essa idéia Henri Lefebvre não quer dizer que o valor de uso tende a desaparecer em nossa sociedade, tampouco que a homogeneização de fragmentos dispersos e comercializados do espaço implique a prioridade absoluta do valor de troca sobre o valor de uso. Trata-se de uma tendência que não destrói a relação dialética entre valor de uso e valor de troca, mas aponta para o modo como as contradições do processo de produção do espaço, entre uso e troca, se realizam no mundo moderno. O uso invadido e submetido ao mercado, ao valor de troca, se torna residual.

A idéia de apropriação está referenciada aos diversos modos pelos quais o espaço é ocupado, tanto por formas materiais (objetos), como por atividades inscritas territorialmente (que configuram os usos da terra) e, ainda, por indivíduos e segmentos sociais variados. Quando se realiza de forma “sistematizada e institucionalizada”, a apropriação do espaço “pode envolver a produção de formas territorialmente determinadas de solidariedade social” (HARVEY, 1992, p.202).

À medida que o processo de produção da cidade se desdobra historicamente de modo contraditório, sob a forma de um conflito constante e inevitável entre as forças de difusão do valor de troca (também portadoras do sentido do moderno), de um lado, e as forças demandadas do uso e da apropriação, de outro, evidencia-se a necessidade de pensar a cidade para além dos limites de uma dada compreensão que a toma “exclusivamente como valor de troca” (CARLOS, 2001, p.38).

Nesse sentido, o uso e a apropriação do espaço não apenas se desenvolvem de forma desigual e fragmentada pelos interstícios da cidade como também encerram no seu movimento certa flexibilidade de realização.

Assim, no uso do espaço, é possível apreender o imprevisto, a improvisação, o espontâneo, que criam os pontos de referência da cidade, onde a multidão improvisa a festa, a reunião, superpondo-se

à rotina no igual e no repetitivo. Dessa feita as ruas, praças e avenidas, com suas marcas particulares e identificadoras, marcam o convívio e apresentam modos diferenciados de apropriação (CARLOS, 2001, p.36).

O tratamento mercantil da terra decorre, por sua vez, essencialmente da instituição da propriedade da terra, propriedade essa concebida como um direito pela democracia burguesa e que figura na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Desse modo, o conflito inevitável aludido recrudesce à medida que a propriedade da terra-mercadoria se difunde geograficamente, mobilizando-se progressivamente com a incidência dos processos de valorização. A forma da propriedade/mercadoria e sua ampla difusão/reprodução estão na base de uma condição socioespacial urbana que se expressa como uma efetiva compressão cotidiana sobre o uso, situação potencialmente geradora de conflitos na qual se redefinem as possibilidades e os limites do uso. Analisando a natureza do conflito uso/troca, Lefebvre (1978, p.275-278, tradução nossa) diz:

O uso permite a troca: a coisa da qual alguém fará uso se vende; ela adquire valor de troca porque tem valor de uso. Todavia, o uso não coincide com o valor de uso. A água, o ar, a luz não tiveram valor de troca durante milênios e até a modernidade, ainda que todo o mundo faça uso deles. Mais precisamente, o ar, a água, a luz, a terra – os elementos – adquirem valor de uso desde o momento em que eles se produzem e vendem-se, portanto adquirindo valor de troca: o ar, com o ar condicionado; a água, com o fornecimento por canalizações; a luz, com a iluminação artificial; a terra, enfim e sobretudo, logo que se torna objeto de propriedade. [...] O uso persiste, já que corresponde a uma necessidade, fundamental ou artificial, física ou elaborada: respirar, beber, ver, andar. Logo que um elemento deixa de ser um dom da natureza, em torno dele começam a travar-se lutas encarniçadas. Do dom, a prática passa ao regime da dívida e da taxa; o elemento calcula-se e contabiliza-se. Cada indivíduo é devedor à sociedade daquilo que recebe dela a título de elemento, que não tem mais nada de elementar: sua parte de água, de ar, de luz, de terra. Os “elementos” entram assim na região conflituosa onde se acertam os negócios sociais, por contratos e discussões (relativos à dívida e ao endividamento). O uso gratuito (agradável) no tempo do dom espontâneo e da abundância natural ganha-se, conquista-se, defende-se duramente. Isso, para os indivíduos e para os grupos. A questão do “território” começa a se colocar para cada um e para todos, tanto para os isolados como para as coletividades, da vila à nação. No final das contas, isto é, quando tudo se calcula (se contabiliza), cada um reivindica o que lhe é devido em espaço, em ar, em água. Muitos não os obtêm. Não é o mesmo para o corpo, dom da natureza, vivendo nos e pelos dons, em seguida tomado nas redes das dívidas, taxas, contratos? [...] A troca e o valor de troca lutam contra o valor de uso e contra o uso que se manifesta através dos valores, isto é, contra o corpo vivo e o vivido.

Chame-se a atenção para o fato de que o problema urbano na contemporaneidade, com suas complexidade e diversidade, explícita de modo pungente tal embate, uma vez que os espaços da cidade, nos quais se inscreve a problemática urbana (precariedade das condições de moradia e da infra-estrutura urbana, restrição das áreas de lazer bem como de espaços públicos condizentes às práticas sociais coletivas, problemas de circulação etc.), estão sujeitos aos constrangimentos da impetuosidade dominante da troca provocados

pelas ações de especulação territorial e inversões de capitais, operações que se realizam simetricamente ao fato de o espaço urbano conter a inerência histórica de um uso, em outras palavras, de um emprego do tempo.

Essa oposição conflituosa é inseparável da mercadoria, portanto do solo, do espaço. Para além de uma expressão puramente mental, lógica, apresentada por Marx (1985) em *O capital*, tal conflito, ao potencializar-se pelo amplo desenvolvimento e pela progressiva difusão do capitalismo e do “mundo da mercadoria”, conseqüentemente, pela proeminência gradativa da lógica da mercadoria nas relações sociais, manifesta-se no mundo atual como conflito efetivamente social, fato constitutivo, portanto, do mundo sensível e prático. O embate assume notoriedade socioterritorial, vinculando-se inextricavelmente à cidade e ao urbano capitalistas.

No universo das condições socioespaciais dos países não desenvolvidos, essa conformação urbana genuinamente mercadológica e capitalista implica na instauração de um modelo de urbanização fortemente segregador e excludente que, ao mesmo tempo, engendra e insufla processos de inserção socioterritorial precária (ou mesmo perversa), impondo sacrifícios ainda maiores aos segmentos sociais de menor poder aquisitivo. Estes, à medida que se distanciam gradativamente das possibilidades de inserção social – proporcionadas pelas oportunidades de trabalho, pela formação cultural e educacional –, formam, desgraçadamente, o próprio alicerce sobre o qual ela se edifica. A olhos vistos ampliam-se os conflitos sociais e a proletarização/periferização do espaço, ao mesmo passo que se multiplicam bairros-jardins e condomínios fechados. Infere-se, por essa conformação, que a estruturação territorial da cidade periférica prescreve uma genuína “guetização”/insulação, configuração espacial acentuadamente desigual e conflituosa, demarcada predominantemente por áreas ocupadas por frações sociais mais abastadas, entrecortadas por exorbitantes extensões de segmentos sociais pobres. É a conformação de uma cidade dividida, afigurando-se como um verdadeiro mosaico do caleidoscópio da periferia, com enclaves de modernidade e os diversificados territórios da pobreza.

Essa acentuada disparidade explicita uma polarização social e territorial crescente e intensificada, reflexo de uma progressiva dualização da sociedade e, mais propriamente, do mercado de trabalho polarizado entre, de um lado, empregos mais qualificados de alta remuneração e, de outro, trabalhos de baixa renda com vínculos empregatícios precários ou mesmo inexistentes. Conforme Raquel Rolnik e Kazuo Nakano (2000, p.115), “essa dualização nas estruturas sociais interage com a dualização das estruturas urbanas, criando espaços segregados entre si, ocupados por grupos excluídos e incluídos”. Os autores advertem, contudo, para o fato de que essa situação não é, ao menos ainda, generalizada, exemplificando com as exceções representadas por Londres e Paris, embora reconheçam a existência do “aumento na desigualdade de rendimentos” entre os seus respectivos habitantes.

### Movimentos sociais urbanos: uso do espaço e esfera pública

Esse movimento de acirramento das contradições urbanas, tanto no âmbito do confronto entre capital e trabalho como no do consumo coletivo e da *reprodução social*<sup>11</sup>, abala forte-

<sup>11</sup> Segundo Ladislau Dowbor (1998, p.419-420), “a reprodução social se contrapõe de certa maneira à reprodução do capital, tradicional conceito que via essencialmente o processo de crescimento econômico centrado nas atividades produtivas. Neste sentido, a reprodução social é mais ampla e define um processo que envolve tanto a produção como os serviços sociais e as diversas atividades de gestão do desenvolvimento, como planejamento, segurança e outros. Por outro lado, trata-se de *reprodução*, ou seja, de uma visão estrutural e de longo prazo que envolve uma análise de como a sociedade no seu conjunto se reproduz e evolui. Ao insistir no conceito de reprodução social, buscamos romper a absurda dicotomia que se fez entre a economia, que se preocupa com a produção de riquezas, e o social, que acompanha com atraso o processo, tentando através de políticas de compensação reduzir as contradições geradas, a miséria, o abandono, a exclusão. Não há mais espaço para uma produção que não leva em consideração os impactos sociais da própria economia e que não integra os processos corretivos na sua própria área, como não há mais espaço para políticas sociais que tentam ignorar os seus custos e implicações econômicas; e tanto o econômico como o social têm de levar em consideração a sustentabilidade dos processos, a sua viabilidade ambiental de longo prazo. Em termos normativos, trata-se de seguir uma fórmula tradicional, mas perfeitamente adequada: o desenvolvimento tem de ser socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável. Segmentar este processo não é realista, e a sua integração implica numa redefinição de vários conceitos”. Para uma análise crítica da idéia de “sustentabilidade”, cf. RIBEIRO, ago.1992/ago.1993; ver também MATTOS, 1997 (além deste, vários outros artigos do livro são de grande interesse para a questão).

mente um dos papéis fundamentais que a cidade precisa cumprir, isto é, o de assegurar condições aceitáveis e aprimoradas à qualidade de vida em sentido amplo, foco de atuação principal dos movimentos sociais urbanos. Para além de uma luta empreendida para a conquista específica de bens diversos (moradia, áreas de lazer, equipamentos urbanos etc.), suas ações e respectivos motivos traduzem a necessidade premente de obtenção de condições de uso do espaço urbano e de reconstrução de uma efetiva esfera pública na urbe (em declínio notório). As múltiplas e diversificadas ações de insurgência social, como, por exemplo, os movimentos de luta pela moradia, precipitam, a meu ver, a politização do uso da cidade, projetando no horizonte de suas realizações a possibilidade da construção de territórios de utopia. Estes, por sua vez, são concebidos e produzidos à imagem da comunidade política neles circunscrita, refletindo e traduzindo, à escala do lugar, suas necessidades, suas aspirações e seus desejos ao menos básicos; *um bom lugar para se viver*, eis o seu melhor sentido.

Ao analisar a natureza, o sentido e as potencialidades dos movimentos sociais, podendo-se aí incluir os de caráter essencialmente urbano, David Harvey (1992, p.217) oferece uma contribuição importante, ao assinalar que:

Movimentos de oposição às destruições do lar, da comunidade, do território e da nação pelo fluxo incessante do capital são legião. Mas também o são os que se opõem às rígidas restrições de uma expressão puramente monetária do valor e da organização sistematizada do espaço e do tempo. [...] Movimentos de toda espécie – religiosos, místicos, sociais, comunitários, humanitários etc. – se definem diretamente em termos de um antagonismo ao poder do dinheiro e das concepções racionalizadas do espaço e do tempo sobre a vida cotidiana. A história desses movimentos utópicos, religiosos e comunitários atesta bem o vigor desse antagonismo. De fato, boa parte da cor e do fermento dos movimentos sociais, da vida e da cultura das ruas e das práticas artísticas e outras práticas culturais derivam precisamente da infinita variedade da textura de oposições às materializações do dinheiro, do espaço e do tempo em condições de hegemonia capitalista.

Nessa perspectiva, compreendo que mais difícil do que reconhecer suas existências, ações e formas de expressão em meio ao tormentoso mar de ideologias e ao poder do dinheiro que marcam o mundo – mais recrudescidos nos tempos hodiernos – seja identificar neles vetores com capacidade efetiva de transformação de padrões consolidados de injustiça socioespacial na cidade. Acerca disso David Harvey (1992, p.218-219) faz o seguinte comentário:

[...] todos esses movimentos sociais, por mais bem articulados que sejam seus objetivos, se chocam com um paradoxo aparentemente irresolúvel. Porque não somente a comunidade do dinheiro, aliado com um espaço e um tempo racionalizados, os define num sentido oposicional, como também os movimentos têm de enfrentar a questão do valor e de sua expressão, bem como da organização necessária do espaço e do tempo apropriada à sua própria reprodução. Ao fazê-lo, eles se abrem necessariamente ao poder dissolutivo do dinheiro, assim como às cambiantes definições de espaço e de tempo que surgem por meio da dinâmica da circulação do capital. [...] O capital continua a dominar e o faz, em parte, graças ao domínio superior do espaço e do

<sup>12</sup> De acordo com Henri Lefebvre (1991, p.143), o “direito à cidade” integra o universo dos direitos que definem a civilização, os quais “abrem caminho” na seara de “condições difíceis” da sociedade capitalista. O autor observa que, embora sejam “mal reconhecidos”, esses direitos gradativamente se tornam “costumeiros antes de se inscreverem nos códigos formalizados. Mudariam a realidade se entrassem para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida”. O direito à cidade compreenderia, assim, não o direito à “cidade arcaica” mas sim, o direito “à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc.”. A realização dessa condição de direitos implicaria na transformação das práticas urbanas bem como no processo de constituição das cidades.

<sup>13</sup> Emprego aqui o sentido kantiano da palavra *dignidade*, cujo princípio é: “Age de tal forma que trates a humanidade, tanto na tua pessoa que na pessoa de qualquer outro, sempre também como um fim e nunca unicamente como um meio” (KANT, *Grundlegung zur Met. der Sitten*, II apud ABBAGNANO, 1998, p.276-277). Segundo Nicola Abbagnano (1998, p.276-277), “esse imperativo estabelece que todo homem, aliás, todo ser racional, como fim em si mesmo, possui um valor não relativo (como é, por exemplo, um preço), mas intrínseco, ou seja, a dignidade”. Citando Kant (Op. cit.), Abbagnano (Loc. cit.; grifo do autor, indicando as citações) assinala: “O que tem preço pode ser substituído por alguma outra coisa equivalente; o que é superior a qualquer preço, e por isso não permite nenhuma equivalência, tem D. [...] Substancialmente, a D. de um ser racional consiste no fato de ele não obedecer a nenhuma lei que não seja também instituída por ele mesmo. [...] a mortalidade, como condição dessa autonomia legislativa, é, portanto, a condição da D. do homem, e mortalidade e humanidade são as únicas coisas que não têm preço. [...] Na incerteza das valorações morais do mundo contemporâneo, que aumentou com as duas guerras mundiais, pode-se dizer que a existência da D. do ser humano venceu uma prova, revelando-se como pedra de toque para a aceitação dos ideais ou das formas de vida instauradas ou propostas; isso porque as ideologias, os partidos e os regimes que, implícita ou explicitamente, se opuseram a essa tese mostraram-se desastrosos para si e para os outros”.

tempo, mesmo quando os movimentos de oposição obtêm por algum tempo o controle de um lugar particular. As “alteridades” e “resistências regionais” que a política pós-moderna enfatiza podem florescer num lugar particular. Mas, com muita frequência, estão sujeitas ao poder que o capital tem sobre a coordenação do espaço fragmentado universal e da marcha do tempo histórico global do capitalismo, que está além do alcance de qualquer delas.

Conquanto se reconheça a diversidade que marca os movimentos sociais urbanos ao longo de suas trajetórias no cenário político-espacial brasileiro, suas práticas e reivindicações sintetizariam no conjunto uma luta ampliada pela conquista do “direito à cidade”<sup>12</sup>, sem o qual não se podem criar condições minimamente razoáveis à reprodução social. Dessa forma, o direito à cidade pressupõe necessariamente a existência de condições extensivas de uso do seu espaço, tangíveis a toda a cidade e não apenas a uma pequena parcela dela, constituindo-se assim em um fator fundamental da promoção efetiva da cidadania.

Evidencia-se, assim, que a noção de cidadania encerra uma dimensão geográfica, espacial, articulando-se inexoravelmente ao território. Estando situada no âmbito das relações políticas, ela incorpora, portanto, uma efetiva dimensão geopolítica, uma vez que as relações políticas e o território não apenas interagem organicamente entre si como também estão na base da formação e do exercício do poder.

A cidadania não é simplesmente uma representação dos indivíduos dentro do Estado nacional, mas, sem dúvida, um fenômeno muito mais complexo que incide no quadro da dinâmica territorial cotidiana da sociedade. [...] As diferentes vivências da cidadania não são sinalizadas apenas pelo vago sentimento de nacionalidade em relação a um Estado que se mantém distante, *mas também são vividas cotidianamente e referidas ao quadro territorial imediato onde deixam marcas e escrevem seus códigos territoriais (de acesso, hierarquia, valorização etc.)* (GOMES, 2002, p.139-141, grifo nosso).

Sua realização e seu exercício pressupõem o direito assegurado de uma inserção digna<sup>13</sup> na cidade, assim como de condições adequadas ao seu uso social e coletivo permanentes. Milton Santos (1993b, p.116-117) assinala que “é impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial”, observando, ainda, que “[...] o valor do indivíduo depende do lugar em que está e que, desse modo, a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe”. E conclui: “[...] uma repartição espacial não-mercantil desses bens e serviços, baseada exclusivamente no interesse público, traria, ao mesmo tempo, mais bem-estar para uma grande quantidade de gente e serviria como alavanca para novas atividades”.

Para o autor essa orientação, à medida que incorpora o “dado geográfico”, seria capaz de imprimir maior eficácia ao tratamento dos problemas sociais nos níveis econômico, político e social.

O próprio percurso das lutas sociais urbanas assume enorme importância, à medida que a práxis socioespacial que ele encerra pode se revelar um campo politicamente fértil de experiências, relações e aprendizado social, potencialidades a partir das quais se forjaria a construção da cidadania. Poder-se-ia indagar se o percurso dessas lutas seria, então, mais importante do que os seus resultados. Talvez. Entretanto, os serviços e os bens materiais

conquistados (moradia, benfeitorias urbanas etc.) exercem condicionamentos por demais importantes na sua formação para serem negligenciados pela análise, sem os quais a existência não alcança a dignidade, tornando a figura do cidadão uma mera ficção. Evidencia-se, portanto, que a cidadania não se constitui à revelia do território, cuja condição encerra a existência de uma dimensão física, geográfica.

A realização da cidadania, à medida que pressupõe o acesso democratizado a serviços e bens ao menos básicos – isto é, a um território social e tecnicamente capacitado para uma realização digna da existência –, vincula-se à formação de um espaço público na cidade, recaindo sobre ele, constantemente, as forças do mercado e os desígnios do consumo, condição pela qual a sua existência é desafiada, constrangida e reduzida. Os processos de especulação ampliada do solo urbano estão na base dessa condição mortificante do espaço público na cidade, que, a olhos vistos, experimenta uma transformação/retração face ao movimento de prevalência do valor de troca no seu território. Por essa via, as relações de sociabilidade, de identidade e de vínculo com o lugar são constrangidas e redefinidas, mas não propriamente eliminadas de forma absoluta face aos limites encontrados no movimento de realização geográfica do valor de troca.

Há de se considerar que não raro os termos e o sentido da *planificação urbana* para o desenvolvimento da cidade implicam uma eficiente e difundida “educação capitalista do espaço”, levando a população, ao menos parcelas significativas dela, à legitimação consentida de ações de inserção individual na urbe em detrimento de ações coletivas e democráticas. A conformação da circulação na cidade, sobretudo com a supremacia do automóvel e a correspondente multiplicação das vias de rodagem, infunde, gradualmente, condições territoriais conducentes ao “isolamento organizado” dos membros da comunidade urbana, situação verificada principalmente nos grandes centros. É, de certo modo, a negação institucionalizada do encontro<sup>14</sup>, que, em grande medida, se desloca para o universo privado de clubes, boates, residências etc. Tal orientação estabelece uma espécie de morte anunciada da cidade e da vida urbana, o advento da cidade sem alma ou, ainda, da “anticidade”, que se conforma a passos rápidos como um espaço da impessoalidade.

Sustento que a restituição do espaço público à urbe comparece como condição imprescindível à criação de uma feição mais humana à cidade, favorecendo, desse modo, a promoção de uma ambiência cotidiana mais unitária, para a qual as ações voltadas ao uso e, portanto, à apropriação desempenham um papel de grande relevância. É oportuno esclarecer aqui o sentido de espaço público, conceito sobre o qual reina grande polêmica e cujo tratamento é marcado em grande medida por reducionismos e imprecisões de significado. Sobre o assunto, Paulo César da Costa Gomes (2002, p.159-160) traz uma contribuição crítica substancial, apresentando três acepções fortes do conceito, muito presentes na sociedade. Inicialmente, chama-nos a atenção para a concepção que se assenta na idéia corrente de que público é tudo aquilo que não é privado e vice-versa, compreensão rígida que não leva em conta as profundas mutações da vida cotidiana e do espaço que pesam sobre ela, fato que flexibiliza as fronteiras entre essas duas dimensões, impondo dificuldades à sua delimitação e à sua definição. Igualmente limitada é a idéia de espaço público que lhe confere uma demarcação juridicamente estabelecida, uma vez que a norma que

<sup>14</sup> Cf. KOTANYI; VANEIGEM, 1997, p.214-217.

regulamenta a sua existência assinalaria uma efetiva inversão de procedimentos ou, em outras palavras, a lei operaria a definição do objeto, quando se pode imaginar que este a precede, cuja “[...] variante fenomenológica não obrigatoriamente é do interesse estrito da legislação descrever”. Finalmente, a concepção que identifica espaço público com a idéia de livre acesso, que por sua vez ignora o fato de que nem todos os lugares de livre acesso se revelam efetivamente como públicos, negligenciando, ademais, a distinção entre “público”, “coletivo” e “comum”, que não são exatamente a mesma coisa.

O autor fundamenta-se em Jurgen Habermas para apresentar uma melhor e mais adequada concepção de espaço público, que em síntese é definido como um dado lugar socialmente compartilhado, em que as idéias podem ser manifestadas e confrontadas livremente, requerendo o uso de uma linguagem comum que possa ser entendida por todos os envolvidos nesse universo relacional e comunicacional aberto. Portanto, ganha evidência nessa concepção a sua efetiva dimensão política. Essa relação livre e socialmente compartilhada, indicadora de uma *participação ativa* no espaço público, pressupõe, pelo meu entendimento, o uso e a apropriação dos lugares, ainda que estes sejam *a priori* estabelecidos ou reconhecidos como privados. Ou seja, lugares privados podem assumir conotação verdadeiramente pública por ações compartilhadas de apropriação do espaço. Saliente-se, ademais, que no âmbito da qualificação dos espaços públicos há de se considerar o fato de que eles não se restringem ao comércio de bens, de mercadorias, mas que também se matizam e destinam-se a trocas mais amplas do que essas, porém todas elas com atributos referenciados de forma direta e efetiva com a vida pública.

Pois bem, conquanto as cidades, sobretudo os grandes centros, afirmem-se como espaços privilegiados de produção e reprodução ampliada do capital, fixando-se como pontos polarizadores nas redes de relações que perpassam a economia-mundo, elas protagonizam o desenvolvimento e a consolidação da mundialização e do mundo da mercadoria. A própria cidade é elevada à condição de uma “força produtiva” (LEFEBVRE, 1983, p.21), ampliada e potencializada pelo desenvolvimento das tecnologias e das técnicas aplicadas ao capital e ao trabalho, engendrando dinamismos cujas repercussões territoriais se estendem para além de seus limites, fragilizando e atenuando as fronteiras entre a cidade propriamente dita e o campo. Este, por sua vez, apresenta-se cada vez mais subordinado e redefinido pela primeira, tornando-se a cidade “o *lócus* da regulação do que se faz no campo” (SANTOS, M., 1993a, p.52). Essa transformação traz à luz o advento de uma categoria territorial híbrida conceituada “rurbano”, emergente expressão socioespacial manifesta sob a forma proliferada de vilas, as quais poderão, ao longo do tempo, alcançar a condição de centros urbanos.

Tal dinâmica socioespacial traduz-se por uma urbanização territorialmente ampliada e extensiva, “projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc.)”, resultando no que Lefebvre designou de “zona urbana”, cujo processo de formação se dá pela explosão/espraiamento da cidade, ou ainda de proliferação do “tecido urbano”, historicamente decorrente do estabelecimento e desenvolvimento do capitalismo industrial no âmbito da urbe, em que “a concentração da população realiza-se concomitantemente à dos meios de produção” (LEFEBVRE, 1983, p.9-10).

## O Brasil em perspectiva

No universo dos países de “capitalismo tardio” (MANDEL, 1985) e periférico ganha relevo o *Brasil*, pelo dinamismo e pela expressividade que marcam a trajetória do desenvolvimento do capitalismo em seu território e suas correspondentes e notáveis configurações espaciais. Entre estas, avulta a sua ampla e diversificada rede urbana, realidade praticamente única nesse universo, caracterizada concomitantemente por acentuada polarização – suscitada pela consolidação de megacidades – e forte assimetria social. Com uma industrialização acelerada de base fordista orientada para o mercado interno, sob forte ação estatal no âmbito dos projetos de modernização autoritária, alcançaram-se níveis de urbanização espetaculares, circunscrevendo-se no território o fenômeno metropolitano, reflexo de inversões capitalistas induzidas pelo planejamento econômico estatal e voltadas, sobretudo, aos grandes centros, especialmente aos do centro-sul, com destaque para São Paulo.

Argumenta-se que a “mercadorização” ampliada do espaço numa sociedade que ostenta profundas disparidades, como é o caso da brasileira, sugere, de um lado, a conformação cotidiana de uma espécie de genocídio socioespacial que, em parte, pontua a paisagem e o cotidiano de nossas cidades, fato que contribui substantivamente para insuflar relações de intolerância, como, por exemplo, a profusão de percepções discriminatórias na sociedade que tomam os espaços da pobreza, e os pobres, como verdadeiras nódoas da terra a serem banidas ou deixadas à própria sorte, e, de outro, como já se viu, a irrupção de múltiplas ações e iniciativas tendentes a lograr condições de existência mais favoráveis. Cumpre observar, entretanto, que a idéia de pobreza que se utiliza neste trabalho não se restringe a uma condição estrita de insuficiência de renda ou, ainda, a uma abordagem da pobreza ancorada na renda, muito embora se reconheça a renda baixa como um dos principais obstáculos à realização da existência em patamares dignos e adequados, operando como um fator importante de privação à exploração de determinadas condições essenciais e básicas à vida. Bem entendido, “[...] a pobreza deve ser vista como a privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza” (SEN, 2000, p.109). Ou seja, a renda não se define como o único meio a lograr capacidades para a superação das privações. Depreende-se daí que: “A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional)” (*Ibidem*, p.110).

Nessa perspectiva, a diversidade interpessoal face ao repertório de bens possuídos estabelece uma variabilidade quanto à natureza da vida que as pessoas podem ter ou, ainda, que cada um pode levar. O que equivale a dizer que

[...] as rendas reais podem ser indicadores muito insatisfatórios dos componentes importantes do bem-estar e da qualidade de vida que as pessoas têm razão para valorizar. [...] Paga-se um preço altíssimo ao se confundir comparação de bem-estar com comparação de renda real (*Ibidem*, p.100-101).

Conquanto o Brasil apresente uma estrutura socioeconômica historicamente excludente e produtora de profundas desigualdades socioespaciais, sobretudo a partir do regime militar<sup>15</sup>,

<sup>15</sup> “O regime militar inaugurou um tempo marcado pela escancarada equiparação da condição humana à mercadoria e ao dinheiro, regida pela mesma lógica, que reduziu maciçamente as pessoas de amplos setores da sociedade brasileira à mera condição de coisas. Mesmo a classe média, supostamente a salvo dessa tormenta, vive cotidianamente o terror das incertezas daí decorrentes, como a do desemprego sempre iminente. [...] Já nos primeiros tempos após o golpe de 1964, tornou-se necessário que duas pessoas de uma mesma família trabalhassem para perfazer o mesmo salário que antes era conseguido por um único trabalhador. Portanto, uma redução no salário real do trabalhador ou, dito de outro modo, o trabalho passou a valer cerca de metade do que valia antes. Com isso, um crescente número de mulheres, adolescentes e crianças teve que se lançar no mercado de trabalho, os trabalhadores competindo com os próprios trabalhadores, para completar o salário que se tornara de fato salário da família” (MARTINS, 2004, p. 3-9).

a face perversa da crise aludida e seus efeitos açulam os vetores da inserção precária, em que pesem o recrudescimento e a difusão do valor de troca no território, condição para a qual as políticas de “modernização” do Estado têm operado favoravelmente. O Estado privatizado, com suas atuações norteadas pelos critérios do mercado, dá a medida do conflito exacerbado entre troca e uso, embate que, com suas vicissitudes e contradições, constitui referência fundamental para um entendimento mais profícuo das formas que o espaço e, mais especificamente, a cidade e o urbano assumem no movimento contraditório de realização do capitalismo.

### Considerações finais

À luz da análise desenvolvida, compreendo que a difusão socioespacial do valor de troca na contemporaneidade capitalista não se mostra, ao menos por enquanto, completamente capaz de neutralizar e/ou suprimir esferas e dimensões da existência humana que não são econômicas ou, talvez, não estritamente econômicas. Mais propriamente pelos interstícios do mosaico socioespacial ainda respiram e insinuam-se os resíduos, “teimosos”, resistentes aos tentáculos pretensamente homogeneizadores do capital. Esses resíduos traduzem-se, entre outras formas, como tradições, práticas e modos de vida ainda não esboroados por seu amplo e complexo movimento pelo/no espaço, como o revelam certas expressões de sociabilidade e mesmo de apego e gosto por determinados lugares da cidade, lugares que ainda permanecem como locais de encontro, de festa, de uso, os quais indicam não apenas certos limites às nefastas e vorazes influências do totalitarismo do mercado mas também possíveis rupturas.

Muito se tem falado acerca de uma submersão qualitativa e progressiva das relações de sociabilidade na cidade e do desapego dos cidadãos em relação ao seu espaço de vivência, sendo esses aspectos, entre outros, considerados manifestações e evidências da crise que assola a cidade, consubstanciando-se em crise *da* cidade, esbaforindo e constringendo a vida em seus mais diversos aspectos e lugares de realização. Como já mencionado, a difusão do mundo da mercadoria e a proeminência do valor de troca no espaço e no tempo alicerçam essa crise ao mesmo tempo em que imprimem o seu sentido, de modo a engendrar no transcurso impetuoso de sua efetivação a proliferação da alienação e da reificação socioespaciais. Nessa perspectiva, estar-se-ia delineando, a passos largos, diante dos imperativos do capital, uma espécie de naufrágio da vida nas cidades, com o recrudescimento do trabalho alienado e da produção de uma cidade, enquanto produto desse trabalho, igualmente alienada e alienante, percurso no qual o trabalho e seus resultados são subvertidos, tornando-se alheios ao espírito. Por essa lógica, as relações identitárias e afetivas com o espaço reduzir-se-iam substancialmente, esboroando-se na esteira de uma tendência inexorável pela ação das forças do capital e do mercado, com seus “cacos” amalgamando-se sob a forma de fetiches.

Assim, este trabalho procurou desvendar e apontar certos limites e descontinuidades a esse movimento, conquanto ele seja real, amplo e profundo, limites esses que, sobretudo nestes tempos de movimentos acelerados e de afirmação de múltiplas conexões e interdependências que perpassam o universo espaciotemporal do capitalismo em escalas

territoriais diversas, assumem maior expressão e visibilidade à escala do lugar, expressão que nem sempre as teorias de maior abrangência do movimento da “realidade” conseguem devidamente captar, recaindo, assim, em generalizações quanto à cobertura efetiva de processos e acontecimentos. Sem perder de vista, entretanto, que o inverso também é verdadeiro, compreendo que, mais do que nunca, se faz necessário o estabelecimento de uma relação e de um esforço de análise sobre o real norteado essencialmente pela lógica da atenção, o que equivale a um olhar mais demorado e cuidadoso sobre as expressões do real, o que pressupõe um olhar para ver a expressão e a densidade do lugar onde aquele de fato ganha concretude. Diante do prescrito e das generalizações, pode resultar daí um *estranhamento* de conteúdo e de sentido, e o que é tomado como supérfluo, ilusório e alienante pode esconder nas entrelinhas alguma luminosidade importante, flexibilizando e, até mesmo, desmentindo teorias e ideologias.

artigo recebido agosto/2006

artigo aprovado dezembro/2006

## Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília et al. (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p.11-74.
- ARENDRT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: Ed. USP, 1981.
- BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana (Org.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- BELLUZZO, Luiz G. O renascimento do *Homo oeconomicus*. Carta Capital, São Paulo, ano III, n.74, p.67, maio 1998.
- CARLOS, Ana Fani A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARLOS, Ana Fani A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social: proposta para uma gestão descentralizada*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FROMM, Erich. *Análise do homem*. 10.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- GOMES, Paulo C. C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v.1.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- KOTANYI, Attila; VANEIGEM, Raoul. *Internationale situationniste*. Paris: Fayard, 1997.

- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. Título original: La pensée marxiste et la ville.
- LEFEBVRE, Henri. *La revolución urbana*. 4.ed. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. Les contradictions de l'état moderne: la dialectique et/de l'état. In: LEFEBVRE, Henri. *De l'état*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978. tome IV.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *Posição: contra os tecnocratas*. São Paulo: Documentos, 1969.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).
- MARTINS, José de S. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MARTINS, José de S. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARTINS, José de S. Para compreender e temer a exclusão social. *Vida Pastoral*, São Paulo, v.45, n.239, p.3-9, nov./dez. 2004.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1976.
- MARX, Karl. *O capital*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).
- MATTOS, Carlos A. Desenvolvimento sustentável nos territórios da globalização: alternativa de sobrevivência ou nova utopia? In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana (Org.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p.103-125.
- RIBEIRO, Wagner Costa et al. Desenvolvimento sustentável: mito ou realidade? *Terra Livre*, São Paulo, n.11-12, p.91-101, ago. 1992/ago. 1993.
- ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. Cidades e políticas urbanas no Brasil: velhas questões, novos desafios. In: RATTNER, Henrique (Org.). *Brasil no limiar do século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável*. São Paulo: Edusp, 2000. p.105-123.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993a.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 2.ed. São Paulo: Nobel, 1993b.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da desordem*. 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- SEN, Amartya. Pobreza como privação de capacidades. In: SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.109-134.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SOUZA, Marcelo L. de. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.